

DA CIÊNCIA À GESTÃO: A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMO MODELO HÍBRIDO NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

*Fábio Gomes de França*¹
*José Ronildo Souza da Silva*²

RESUMO

Pretende-se neste artigo refletir-se sobre como tem ocorrido a produção acadêmica em um curso de Pós-Graduação na Polícia Militar da Paraíba. Para tanto, por meio de uma pesquisa qualitativa de cunho documental, a análise recaiu sobre os temas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) com o objetivo de compreender qual é o tipo de modelo existente no curso em relação à construção do conhecimento científico. Nesse sentido, visto que, geralmente, o saber científico nas Academias PMs é direcionado por uma perspectiva jurídico-operativa com pouco espaço para reflexões críticas devido à cultura organizacional militarista, o que constatamos é que o modelo adotado no Estado da Paraíba contempla tanto saberes com viés pragmático (com TCCs que visam à aplicação dos resultados à realidade voltando-se à cultura operativa PM), bem como, pesquisas realizadas sob um ponto de vista crítico, o que demonstra que esse processo educativo merece uma compreensão melhor para que sirva, talvez, de modelo para outras instituições PM em nosso país.

Palavras-chave: Polícias Militares; Ensino Policial; Pós-Graduação.

¹ Pós-Doutor em Direitos Humanos, doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Capitão da Polícia Militar da Paraíba.

² Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Coronel da Polícia Militar da Paraíba.

**FROM SCIENCE TO THE MANAGEMENT:
THE ACADEMIC PRODUCTION OF A POSTGRADUATE
COURSE AS A HYBRID MODEL IN THE MILITARY POLICE OF
PARAÍBA**

ABSTRACT

The paper analyzes how the academic production has occurred in a PostGraduate course in the Military Police of Paraíba. We conducted a qualitative documentary research on Course Conclusion Papers themes to understand what type of model exists to the construction of scientific knowledge. In closing, we found that unlike scientific production in the Military Police (MPs) Academies based on an uncritical model due to the militaristic organizational culture, the adopted model in the State of Paraíba has a double perspective: a pragmatic knowledge to apply the results to the police reality and other with a critical point of view. This demonstrates that the educational process studied can be better understood perhaps to serve as a model for other MP institutions in our country.

Keywords: Military Police; Police Teaching; Postgraduate.

Artigo Recebido em 20/11/2021 e Aceito em 29/12/2021

1 INTRODUÇÃO

Ao contrário da formação de muitos profissionais (médicos, enfermeiros, engenheiros, arquitetos, economistas, dentre outros), a qual ocorre no Brasil nas universidades públicas e privadas, a profissão policial militar, seguindo o modelo utilizado pelo Exército, sempre formou seus integrantes nos quartéis, apartados da sociedade como um todo. Nesse contexto, se antes de atuarem nas ruas e na burocracia institucional os PMs passam, obrigatoriamente, por um período de profissionalização nas casernas, este modelo pedagógico ocorre desde cursos técnicos como os de Formação de Soldados (função base da hierarquia institucional PM), passando pela Formação de Oficiais (que funciona em regime de Graduação) até chegarmos aos cursos de Pós-Graduação. Sobre os dois primeiros, tem-se vasta literatura³ no campo acadêmico, mas dos últimos, pouco se sabe.

Esses cursos de Pós-Graduação nas PMs são, exclusivamente, especializações ou mestrados profissionais para capitães, geralmente denominados de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), ou doutorados profissionais ofertados para Majores e Tenentes-Coronéis⁴ conhecidos por Curso Superior de Polícia (CSP). Nas duas situações, os cursos são critério obrigatório para preparar os Oficiais a estarem aptos para assumirem postos imediatamente posteriores no caso dos Capitães, que ascendem ao posto de Major, e quanto aos Majores e Tenentes-Coronéis, o CSP prepara-os para exercerem o posto de Comandante-Geral da instituição, desde que sejam

³ Sobre a produção acadêmica que teve o Curso de Formação de Soldados como objeto de pesquisa destacamos Garcia (2013); Nummer (2014); Silva A. (2002). Acerca dos estudos sobre a formação dos alunos-oficiais das PMs destacamos Albuquerque (1999); França (2012); Rudnick (2007); Sá (2002); Silva R. (2011).

⁴ Na hierarquia PM, como modelo copiado do Exército, temos o Círculo das Praças (soldados, cabos, terceiros-sargentos, segundos-sargentos, primeiros-sargentos e subtenentes), que teoricamente são os elementos de execução e, o Círculo dos Oficiais (segundos-tenentes, primeiros-tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis), que exercem as funções de comando.

promovidos a Coronel, o mais alto da hierarquia PM, pelo menos no caso da PM paraibana.

No caso em específico do CAO⁵, que é o objeto de estudo desta pesquisa, mas que na Paraíba recebe o nome de Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), reside a ideia de preparar os Capitães para desenvolverem formas de gestão que possam auxiliá-los quando da incumbência de funções de comando estratégico. Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre como ocorre a aproximação entre o conhecimento acadêmico construído nesse curso de Especialização e o aprimoramento da gestão institucional.

Para tanto, metodologicamente falando, a análise baseou-se em uma pesquisa qualitativa de cunho documental, com caráter exploratório, tendo em vista a quase não existência de produção acadêmica sobre o tema. Foram analisados alguns dos temas dos artigos produzidos ao final do curso como TCC de modo comparativo em um período histórico dado (1994-2019) para que fosse percebida, digamos que, certa mudança de paradigma sobre o que se pesquisa. Os dados foram obtidos com a devida autorização do Comandante-Geral da PMPB e os nomes dos autores dos TCCs foram omitidos na análise como forma de preservar suas imagens.

Geralmente, *a priori*, as especializações e mestrados profissionais nas PMs perseguem objetivos pragmáticos e aplicáveis, diferentemente das Pós-Graduações *stricto sensu*, que visam à produção do conhecimento por ele mesmo. No entanto, como a Polícia Militar na Paraíba tem desenvolvido a ideia de gestão organizacional a partir do CESP? Que tipo de conhecimento científico é produzido tendo em vista a dificuldade de pesquisas com viés crítico devido aos regulamentos institucionais?

⁵ A denominação de CAO também é mais uma herança organizacional do mesmo modelo adotado pelo Exército, mas que vem ganhando novas denominações em alguns Estados como Curso de Especialização em Segurança Pública em Minas Gerais, Curso de Gestão em Segurança Pública e Cidadania no Rio Grande do Norte ou, Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, em São Paulo.

Ao considerar-se que o conhecimento científico produzido no CESP busca aprimorar os futuros gestores PM, de modo que o TCC final de curso surge como uma resposta à sociedade pelo que é investido nos alunos Capitães para que façam de suas pesquisas um produto que melhore as formas de policiamento e tratamento do PM para com a sociedade, vislumbra-se então a importância de reflexões de objetos tão pouco explorados como o ensino continuado nas PMs. Nesse esteio, inicialmente, este artigo mostrará uma breve reflexão sobre o ensino PM no Brasil, destacando as principais questões que o envolve para, em sequência, analisar-se o que se conceitua ser um modelo pragmático-crítico no CESP da PM paraibana.

2 O ENSINO POLICIAL MILITAR NO BRASIL: BREVES REFLEXÕES

Desde o pioneirismo de Fernandes (1974, 1979) ao estudar os policiais militares de São Paulo ainda na década de 1970 (incluindo-se, nesse sentido, a análise do desenvolvimento ao longo do século XX das formas de profissionalização que se traduzem no treinamento e aperfeiçoamento de Praças e Oficiais) até o momento atual, pode-se afirmar que o ensino PM no Brasil tem passado por processos de mudança que acompanham a configuração social de nossa sociedade, a qual também está atrelada diretamente ao contexto histórico-político que a tangencia. De todo modo, o que permanece constante nesses processos é que estamos diante de uma profissão híbrida no sentido de termos policiais (função civil) que são caracterizados pelo emblema do militarismo (função bélica advinda do Exército) e que, desde a criação das instituições PM como Corpos de Guardas Municipais Permanentes em 1831, no Rio de Janeiro, desenvolveu-se um “modelo de policiamento profissional tradicional” (PONCIONI, 2007), o qual se constitui pela junção da aplicação da lei e do aparato burocrático-militar.

Isso significa dizer que, destacadamente após o período de exceção política no Brasil (1964-1985) tem-se pensado, especialmente no campo acadêmico e no campo da militância pelos Direitos Humanos, sobre a atuação PM no período do regime civil-militar. Uma das principais críticas suscitadas é exatamente o fato de que existe uma correlação do ensino e treinamento sob uma perspectiva militar, como herança do modelo de organização do Exército, com certa violência ilegítima praticada por PMs em todo o país, especialmente aqueles(as) que trabalham diretamente nas ruas no policiamento ostensivo. Tal crítica ainda se reforça pelo fato de que, a Constituição de 1988, cunhada de “cidadã”, manteve em seu texto as Polícias ostensivas como órgãos militares e forças auxiliares do Exército. Em meio a essa perspectiva, restou às PMs adaptarem-se ao novo regime democrático buscando modelos pedagógicos que transversalizassem os Direitos Humanos nos currículos de formação. No entanto, essa busca por uma formação mais humanista fortalece o argumento de que a formação anterior, com aspectos estritamente militares, gerava problemas de socialização criando uma visão bélica dos profissionais em relação à atuação em sociedade.

Logo, a permanência de uma polícia estadual militarizada responsável pela ordem pública que visa uma atuação mais humanizada passou a revelar dificuldades na busca de um equilíbrio na formação profissional de seus agentes, fato esse que pôde ser vislumbrado por diversos autores a partir da década de 1990 (ALBUQUERQUE, 1999; FRANÇA, 2012; NUMMER, 2014; SÁ, 2002; SILVA A., 2002; SILVA, R., 2011). Mesmo que tenha havido mudanças significativas no currículo formal com a inserção, por exemplo, de disciplinas humanistas, mas ainda prevalecia o currículo informal ou cultural (LEAL, 2011) dos trotes militares cotidianos, dos regulamentos disciplinares e dos acampamentos e semanas de adaptação com testes de sobrevivência que simulam situações de guerra, assim como experienciado pelas Forças Armadas (ALBUQUERQUE e MACHADO, 2001; BEM e SANTOS, 2016).

Foi por conta dessa problemática que a partir de meados da década de 1990 e início dos anos 2000, algumas PMs em todo o Brasil como a do Rio Grande do Sul e Ceará, por exemplo, promoveram certa aproximação com as universidades contratando professores para lecionar aos futuros soldados, alunos-oficiais e oficiais em cursos de especialização, o que passou a causar, na ótica de alguns estudiosos, certa tensão no modelo militar de formação (BARREIRA e BRASIL, 2002; RUDNICKI, 2007; SANTOS, 2009), cujo paradigma baseia-se exatamente na distinção entre militares e paisanos como nos ensina Castro (2004). De todo modo, as formações dos policiais militares em todo o Brasil continuam a ocorrer nos quartéis, baseadas nos dois modelos curriculares citados: o formal (organizado com base nas disciplinas curriculares) e o informal, também conhecido por currículo cultural ou oculto (sustentado pelas regras culturais e regulamentos da caserna).

Outra estratégia desenvolvida para achar um ponto de equilíbrio na formação PM diante da presença do currículo oculto foi a criação e utilização por diversas PMs da Matriz Curricular Nacional (MCN). Em suas três versões (2003, 2009 e 2014), sempre sofrendo revisões e novas implementações, a MCN surgiu, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), como uma tentativa de padronizar os aspectos do modelo formativo dos profissionais de Segurança Pública em todo o Brasil, incluindo-se os PMs, visando “o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes, dos pontos contidos na Matriz” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009, p. 31, citado por BEM e SANTOS, 2016, p. 487). Mesmo assim, em meio aos avanços alcançados, já que observamos que muitos comportamentos autoritários do modelo estritamente militar anterior a essas políticas de mudança têm perdido força, ainda persistem críticas aos processos formativos PM, novamente devido à presença de características do currículo cultural que dialoga com a tentativa do uso dos princípios presentes na MCN (BEM e SANTOS, 2016).

Deve ser ressaltado também que o ingresso na carreira PM passou a ter como critério de seleção um melhor grau de escolaridade, tendo em vista que no período anterior ao novo regime democrático vigente era comum a entrada de novos soldados recém-saídos do Exército que precisavam apenas realizar testes básicos de português e matemática (FRANÇA, 2012). De certo modo, essa situação indica que a robustez corporal era um item valorizado pelas PMs, já que seus integrantes precisavam ser socializados em treinamentos rígidos para aprender a obedecer à autoridade sem questionar de forma a estarem aptos ao combate ideológico contra um inimigo interno reconhecido como comunista.

Com a abertura político-democrática, inicialmente, as PMs passaram a adotar o ensino médio como exigência no concurso para Soldados e, posteriormente, ao longo dos anos, algumas PMs começaram a fazer experimentações como exigir o diploma de nível superior para os candidatos nos concursos tanto para Soldados quanto para o Curso de Formação de Oficiais – CFO – como ocorreu no Distrito Federal (COSTA; MATTOS e SANTOS, 2012). A aposta passou a ser de que, “a educação superior permitiria um policial mais tolerante, capacitado a lidar com as diferenças sociais e as complexidades do mundo contemporâneo” (RICCIO, 2017, p. 1113). No Rio Grande do Sul, por exemplo, em 2004, teve início a primeira turma do CFO com exigência do Bacharelado em Direito no concurso de ingresso (RUDNICKI, 2007). Mas essas mudanças, como sempre em qualquer processo que envolve as PMs no Brasil, foram marcadas por contradições quando se passa a colocar em suspenso os ditames da hierarquia e disciplina, vigas mestras das instituições militares de modo geral. No caso gaúcho, os alunos-oficiais com Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais receberam o epíteto de *data venia*, o que revela o questionamento dos superiores hierárquicos por parte desses alunos como demarcador desse processo, pois,

Uma vez em sala de aula, esses alunos recebem o **epíteto de questionadores**, eis que perguntam, reivindicam, “ponderam”. Como

exemplo, uma situação acontecida com a terceira turma, que pretendeu reduzir o tempo de duração do curso. Para tanto, falaram com um capitão que respondeu que os dois anos de duração referiam-se a um prazo legal e, portanto, estaria fora das possibilidades da Brigada alterá-lo. A ele foi colocado, então, que a Lei nº 10.992/97, em seu artigo 3º, § 2º, diz apenas que o curso dura até dois anos, podendo, sim, a Corporação, em desejando, diminuí-lo. Situações como essa geram confrontos e demonstram a falta de preparo para tratar com os novos alunos-oficiais (RUDINICKI, 2008, p. 118, grifo nosso).

Esse mesmo processo observado no caso gaúcho também foi percebido em Minas Gerais, a partir de 2014, quando foi implementada a entrada na carreira PM como Soldado com o diploma de curso superior (RICCIO, 2017). Como afirma Riccio (2017, p. 1124), “o modelo organizacional vigente, de duas carreiras (de Praças e Oficiais), é problemático. O policial com educação superior tende a ser crítico e isso gera conflitos em uma instituição militar”.

Em meio a essas contradições que envolvem o ensino PM no Brasil, e dada a ausência de trabalhos acadêmicos sobre as Pós-Graduações PM, passamos a focar nosso olhar sobre um curso de Especialização como forma de refletirmos se no campo do ensino para a gestão, as ambiguidades anteriormente apontadas também se verificam. De antemão, o que se percebe é que estamos diante de um processo de mudanças que envolve muitas estruturas culturalmente operantes que ganharam legitimidade ao longo de muitas décadas. Tendo em vista que não haja prognóstico de mudanças substanciais no aparato policial militar brasileiro ao ponto de termos a extinção dessas instituições, analisar o CESP na Paraíba é um mote interessante para vislumbrarmos a possibilidade de haver certo equilíbrio na seara do ensino PM, o que valida contemplar a perspectiva institucional de viés militar (de cunho jurídico-operacional), com valores humanistas (por uma dimensão crítica).

3 A PÓS-GRADUAÇÃO PM NA PARAÍBA: DO MODELO JURÍDICO-OPERATIVO-MILITARISTA AO MODELO PRAGMÁTICO-CRÍTICO

Segundo Lima (2013), em consonância com a Constituição Federal de 1934, que definiu as PMs como forças auxiliares do Exército pela primeira vez em uma Carta Constitucional, a Lei Federal nº 192, de 17 de janeiro de 1936, estabeleceu nova organização para as PMs ao mesmo tempo em que modificou o processo de promoções para Praças e Oficiais. Assim, “passou-se então a se exigir a criação de Cursos em todos os níveis de postos e graduações, inclusive os de aperfeiçoamento de Oficiais e Praças. As promoções, então, ficaram condicionadas a realização desses cursos” (LIMA, 2013, p. 206). Foi nesse contexto que foi criado na Paraíba o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), de modo que,

A Lei Federal nº 192, que exigia a criação de Cursos, também estabelecia que o Curso de Formação de Oficiais só poderia ser ministrado por Oficiais portadores de Cursos de Formação na Polícia Militar ou no Exército. Na Polícia Militar (da Paraíba) não existia Oficial com essa qualificação até 1939. Como a lei definia que para a promoção ao posto de Major o Oficial tinha que possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) foi dada prioridade a realização de um CAO com os Oficiais mais antigos. Assim, ministrado por um grupo de Oficiais do 22º BC (Batalhão de Cavalaria), Unidade do Exército aquartelada na Capital Paraibana, foi realizado um Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, o primeiro Curso de Oficiais a ser realizado na Paraíba, e que teve início em junho de 1939 (LIMA, 2013, p. 207-208).

Percebe-se de imediato, pelo histórico do CAO na Paraíba, que se tratava de um curso com currículo sob uma perspectiva estritamente militarizada, visto que era algo comum o emprego dos PMs em atividades do Exército devido à política exercida no período ditatorial varguista (LIMA, 2013). Ainda que tenha sido realizado mais um CAO em 1941, a Lei nº 192 foi modificada em 1939, suspendendo a exigência do curso para promoção, o que só retornou em 1967, por meio do Decreto-Lei nº 317. Mesmo antes desse retorno como exigência legal do CAO para a promoção a Major, alguns Oficiais paraibanos tinham realizado o curso entre os anos de 1963 e 1965 em outros Estados como Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal, de maneira que participar do curso em outros Estados, depois de 1967, tornou-se uma praxe, já que a PM paraibana não ofertava o CAO desde 1941 (LIMA, 2013).

Com a criação de uma Academia de Formação própria em 1990, na Paraíba, em 09 de março de 1994 foi criado o Decreto nº 16.144 estabelecendo oficialmente o CAO na Paraíba, a nível de Pós-Graduação, com o primeiro curso tendo a participação de 22 Capitães. É neste ponto que se concentra nossa análise, pois, a partir de 1994 o curso passou a ter certa regularidade, mas conformando uma perspectiva que chamamos de “jurídico-operativo-militarista” nos TCCs realizados pelos Capitães-alunos. É o que podemos constatar na tabela abaixo, quando passamos a observar alguns dos temas de pesquisa dos Capitães pelo ano de produção a partir de uma amostragem coletada do total de trabalhos realizados no período citado.

Tabela 1 – Temas de TCCs CAO/CESP na Paraíba (1994-2012)

Tema de TCC	Ano
Recrutamento e seleção na Polícia Militar da Paraíba	1994
Criação do Grupo de Operações Especiais (uma proposta)	1994
Implantação da 5ª Seção nas unidades operacionais da PMPB	1994
A musculação no condicionamento físico do policial militar de Choque	1994
Implantação do policiamento montado na Polícia Militar da Paraíba: projeto a nível de esquadrão	1996
Policiamento comunitário na Polícia Militar da Paraíba – uma proposta de implantação	1996
A implantação de uma corregedoria na Polícia Militar da Paraíba	1996
Sanção disciplinar e a privação da liberdade	2001
Planejamento operacional na PMPB: uma proposta de padronização de procedimentos e de documentos	2001
Companhia de Policiamento Turístico: proposta de implantação	2001
Análise do regulamento disciplinar da PMPB: propostas de reformulação	2003
Prevenção e combate à criminalidade pela RP no município de Santa Rita – PB	2004
Segurança pública e a educação no trânsito: entre a orientação do condutor e a punição do infrator	2004
Valorização do trabalho com cães e sua influência na melhoria da segurança pública paraibana	2004
(In)segurança pública e sociedade: tentativas e fugas ocorridas na Penitenciária do Serrotão entre 2003 a 2006	2006
Viabilidade de implantação de presídio militar no Estado da Paraíba	2007
Aviação policial: um modelo aplicável à Polícia Militar da Paraíba	2007
Avenida Epitácio Pessoa: via de maior número de acidentes de trânsito em João	2009

Pessoa – PB	
Atividade de inteligência na PMPB: uma proposta de reestruturação	2010
A PM no combate às drogas: atuação da RP da 3ª Cia do 1º BPM da PB	2011
O espetáculo da violência e o poder midiático: a construção da imagem estereotipada do profissional de segurança pública através da música regional nordestina	2012
Jornada de trabalho: fundamentos teóricos para a sua regulamentação na Polícia Militar da Paraíba	2012

Fonte: Arquivos da Coordenação de Pós-Graduação da PMPB

A tabela 1 mostra um extrato de alguns temas de TCCs⁶ realizados no então CAO da PM paraibana entre os anos de 1994 a 2012, quando os trabalhos finais eram realizados em forma de monografias. Foi a partir do ano de 2001 que o curso passou a se chamar Curso de Especialização em Segurança Pública, deixando de adotar a nomenclatura de CAO. No entanto, quando olhamos para os temas destacados, não encontramos nenhum tipo de mudança que indique uma perspectiva crítica de análise neles. Neste caso, entenda-se a crítica como a formulação de situações-problema que destaquem circunstâncias de pesquisa que problematizem o *status quo* institucional. O que se vê na tabela 1 acima são temas que traduzem o modelo aqui chamado de jurídico-operativo-militarista, pois o destaque das pesquisas fica por conta da criação ou implantação de algum novo setor, local físico ou modelo de policiamento na PMPB (Grupo de Operações Especiais, policiamento montado, Companhia de Policiamento Turístico, presídio militar, aviação policial, dentre outros), problematizações jurídicas que destacam a relação com os regulamentos disciplinares e situações que envolvem o *modus operandi* PM sob o ponto de vista de uma atuação que reforça o modelo já existente.

Claro que um curso de especialização desse nível visa resultados mais aplicáveis que ajudam a instituição a detectar, compreender e resolver problemas múltiplos, mas em uma instituição militarizada, não sobra espaço para temas que desnudem “situações críticas” que envolvam a imagem

⁶ Os autores reconhecem o caráter incipiente da análise, tendo a consciência de que ela pode ser aprofundada em outro momento com a análise dos resumos e resultados desses trabalhos, por exemplo. Mas, por uma questão de respeito às regras para as quais o artigo foi construído (a exigência foi de 12 páginas para todo o artigo), a análise ficou restrita apenas aos temas de TCCs.

institucional ou falhas na gestão superior (FRANÇA, 2018; RONDON FILHO, 2018), ou ainda a análise de comportamentos abusivos, assediadores ou autoritários que são vistos como naturais em um modelo organizacional regido pela obediência estrita à autoridade (ALVES, 2019; HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006; MARTINS, 2006), ou melhor,

O modo como a organização militar vai lidar com as práticas de assédio por parte de seus integrantes pode indicar como os preceitos da hierarquia e disciplina influenciam nessa dinâmica enquanto mecanismos de assédio que, podem ser expressas(sic) no momento de punir, ora negligenciando as ações mais graves dos altos escalões, ora punindo com maior rigor aqueles que pretendem expor as ações assediosas de seus comandantes ou praticam pequenas faltas cotidianas (ALVES, 2019, p. 269).

Só que, nosso olhar se debruça a partir do ano de 2014, quando mudanças estruturais passaram a ser adotadas na política pedagógica do curso. Analiticamente falando, primeiro, a mudança do nome de CAO para CESP indica uma valorização dos problemas a serem estudados visando à gestão estratégica de futuros comandantes, pois o foco passa do aperfeiçoamento dos Oficiais (que destaca a visão militar da gestão) para o processo, digamos assim, da segurança pública, o que caminha *pari passu* com mudanças adotadas em outras PMs, tanto em nível da formação de soldados como de Oficiais (COSTA; MATTOS e SANTOS, 2012; RICCIO, 2017; RUDNICKI, 2007). Isso é denotativo para indicar que o curso trata de uma miríade de possibilidades de pesquisa que envolvem, para além do protecionismo institucional, um campo complexo como se apresenta a segurança pública no Brasil e marcadamente quando diz respeito às PMs, o que pode ser observado abaixo pelas disciplinas ministradas no curso com suas respectivas cargas horárias.

Tabela 2 – Disciplinas CAO/CESP na Paraíba (2014-2019)

Disciplina	Carga horária
Estudos de Direito Constitucional e Legislações Especiais	30
Metodologia do Trabalho Científico	60
Metodologia Aplicada aos Estudos em Segurança Pública	30
Administração e Gestão Pública	30
Planejamento Estratégico e Participativo	30
Mídia e Segurança Pública	30
Geoprocessamento e Análise Criminal	30
Estudos de Direito Administrativo	30
Políticas de Segurança Pública no Brasil	30
Criminologia Aplicada à Segurança Pública	30
Direitos Humanos e Cidadania	30
Violência, Cultura e Criminalidade	30
Educação Física	40

Fonte: Arquivos da Coordenação de Pós-Graduação da PMPB

Além disso, a partir de 2016 o formato de ingresso no curso foi modificado, sendo organizado um processo seletivo interno aos moldes de uma Pós-Graduação das universidades, cujas etapas passaram a ter uma prova dissertativa escrita, a feitura e defesa de um anteprojeto de pesquisa perante uma banca examinadora e análise curricular com destaque para títulos e experiência acadêmica. Essa mudança mostra um salto significativo tendo em vista que as vagas anteriormente eram preenchidas por meio do critério de antiguidade, ou seja, pelo tempo de serviço no posto de Capitão. Quem possuísse mais tempo, ou seja, fosse mais antigo, tinha prioridade às vagas ofertadas em edital. Assim, como se vê na Tabela 3, abaixo, é indicativo de uma mudança a partir de 2014 que se consolida com a reformulação no processo de ingresso no curso em 2016 e com a participação da geração mais

jovem de Capitães que ingressaram na carreira PM a partir de 2000.⁷ Além disso, ao invés de monografias, os TCCs passaram a ser artigos científicos.

Tabela 3 – Temas de TCCs CAO/CESP na Paraíba (2014-2019)

Tema de TCC	Ano
“Se não aguentar, corra!”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar	2014
A instrução de tiro para o curso de formação de soldados	2014
Ampliação da licença-maternidade para as policiais militares do Estado da Paraíba: uma questão de isonomia no serviço público estadual	2014
Memórias de caserna: uma autobiografia antropológica sobre relações de gênero na polícia militar	2016
Assédio de gênero: um estudo sobre a trajetória profissional das mulheres na polícia militar da Paraíba	2016
A violência (velada) nos cursos de formação	2016
Cangaço e criminalidade: uma perspectiva histórico-comparativa de roubos contra instituições bancárias na Paraíba	2016
Um estudo sobre assédio moral com mulheres na PMPB	2018
O <i>sniper</i> a legítima defesa de terceiros no gerenciamento de crises: um estudo jurídico-penal	2018
“Em nome da vida”: os grupos de ações táticas policiais e os direitos humanos	2018
O princípio da insignificância nos crimes militares praticados por policiais militares	2018
Ser “choqueana”: dilemas e conflitos de mulheres policiais na tropa de choque da PMPB	2019
O evento crítico do ônibus 174 à luz da fenomenologia de Claude Romano	2019
A relação corpo e militarismo e a inclusão de pessoas com deficiência física nas polícias militares do Brasil	2019
O geoprocessamento como ferramenta de análise criminal no bairro Mangabeira em João Pessoa-PB	2019
Proposta de planejamento estratégico integrado da gerência de inteligência e segurança orgânica penitenciária da Paraíba	2019

Fonte: Arquivos da Coordenação de Pós-Graduação da PMPB

Como podemos notar, passaram a surgir temas com certa criticidade, que desvelam outras propostas analíticas como o processo pedagógico-profissional dos alunos PMs envolvidos por uma “pedagogia do sofrimento”; os direitos das PMs femininas em relação à licença-maternidade; vários trabalhos

⁷ Informação obtida a partir da própria experiência profissional dos autores que trabalham no setor de Pós-Graduação da PMPB.

destacando estudos sobre a presença do assédio moral nas relações *intra corporis*, o que sempre foi considerado tema tabu, digamos assim, devido ao questionamento das formas de autoridade culturalmente forjadas no ambiente militar. Sobre o assédio moral, destacam-se estudos realizados especialmente por policiais femininas (inclusive na tropa operacional de choque como visto na tabela acima). Até mesmo um estudo que questiona o não ingresso de pessoas com deficiência física nos quadros das PMs, visto o caráter de uma profissão que exige um corpo perfeito para o combate ao crime nas ruas.

No entanto, essa abordagem crítica percebida nos temas não impede ou desmotiva outros autores que continuam a produzir trabalhos mais próximos do modelo anterior, caracterizando o formato atual dessa Pós-Graduação na Paraíba como um modelo híbrido pragmático-crítico. Como se vê acima, tem-se trabalhos voltados à prática de tiro por alunos soldados ou proposta de planejamento estratégico no sistema de inteligência penitenciário ou ainda formas de melhor compreender a criminalidade envolvida em roubos a instituições bancárias, pesquisas essas que mostram claramente o interesse por assuntos estritamente operativos da profissão PM.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo refletiu sobre a construção do conhecimento acadêmico em um Curso de Pós-Graduação na Polícia Militar da Paraíba. Foi traçado um olhar exploratório sobre o diálogo entre dois modelos que foram percebidos nos temas de TCCs realizados pelos alunos: são confeccionados trabalhos que visam tanto a aplicação dos resultados de pesquisa à realidade organizacional PM como um todo (modelo jurídico-operativo-militarista) como pesquisas críticas sobre temas que por muito tempo foram tabus nas instituições PM devido à cultura e aos regulamentos militares como o assédio moral, a condição das mulheres na PM, os direitos dos PMs frente aos regulamentos, dentre outros.

Nesse caminho, parece que o modelo de produção acadêmica paraibano revela certo avanço, mesmo que incipiente, para que as instituições PM percebam que podem “evoluir” em uma sociedade democrática através do conhecimento científico desvelando, na verdade, situações-problema que, por meio da crítica cientificamente orientada, podem ser analisadas na tentativa de buscar melhorias como o combate ao assédio moral e ao autoritarismo que se desenvolvem devido ao modo como os indivíduos fazem uso da estrutura hierárquica nessas organizações. Ademais, ressalta-se que o tema em estudo neste artigo merece novas reflexões, de modo que se possa mapear, a nível de Brasil, como as PMs têm utilizado a ciência como instrumento de melhoria de suas estruturas organizativas, já que, nosso artigo demonstra ser possível um diálogo entre a “inovação” e a “tradição”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de. **Escola de bravos: cotidiano e currículo** numa academia de polícia militar. 1999. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, 1999.

ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos guerreiro nas academias brasileiras de polícia. **Capítulo Criminológico**, v. 29, nº 4, p. 5–33, dez 2001. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/r06732.pdf>>. Acesso em: 14 abr 2019.

ALVES, Geni Francinelle dos Santos. O assédio moral como cultura organizacional: olhares sobre as relações de trabalho na Polícia Militar da Paraíba. In: FRANÇA, Fábio Gomes de; SILVA, José Ronildo Souza da (Orgs.). **A Polícia Militar na Paraíba: da história de criação aos dilemas profissionais**. João Pessoa: Editora Ideia, 2019. p. 259-287.

BARREIRA, Cesar; BRASIL, Glaucíria Mota. “Academias de polícia e universidade: Parcerias e resistências”. In: Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul (org.). **As universidades e a construção de novos modelos de polícia**. Porto Alegre: Corag, 2002. p. 151-164.

BEM, Arim Soares do; SANTOS, Sidcley da Silva. Entre a tradição e a inovação: A Matriz Curricular Nacional e a formação policial em Alagoas. **Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 3, p. 481-504, set/dez 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/issue/view/612>. Acesso em: 16 abr 2019.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COSTA, Arthur Trindade M.; MATTOS, Márcio Júlio S.; SANTOS, Layla Maria dos. Os novos padrões de seleção na polícia militar do Distrito Federal. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 11, p. 115-132, ago/dez, 2012. Disponível em: <[6artigo11.pdf \(puc-rio.br\)](#)>. Acesso em: 17 ago 2021, às 12:00 horas.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança**: força pública do Estado de São Paulo: fundamentos histórico-sociais. São Paulo: Editora Alfa-Ômega Ltda., 1974.

_____. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global Ed., 1979.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **Disciplinamento e humanização**: a formação policial militar e os novos paradigmas educacionais de controle e vigilância. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

_____. Entre o pesquisador-policial e o policial-pesquisador: aspectos metodológicos de pesquisa em uma instituição policial militar. In: NUMMER, Fernanda Valli; FRANÇA, Fábio Gomes de (Orgs.). **Olhares sobre a polícia militar**: questões metodológicas. Belém; GAPTA/UFGA, 2018. p. 189-228.

GARCIA, Cristiano Hehr. **“O que está faltando aqui é disciplina de formar polícia”**: Análise da introdução da disciplina direitos humanos na formação policial militar no Espírito Santo. 2013. 169 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2013.

HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência**: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

LEAL, Gabriel Rodrigues. **Currículo cultural**: Uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2011.

LIMA, João Batista de. **A briosa**: história da Polícia Militar da Paraíba. João Pessoa: A União, 2013.

MARTINS, Valmir Farias. **O papel da cultura organizacional milícia de bravos na ocorrência do assédio moral**: um estudo na Polícia Militar da Bahia. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2006.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar**: o curso de formação na socialização do policial militar. 2 ed. Niterói, EdUFF, 2014.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 1, Edição 1, p. 22-31, 2007. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/2>. Acesso em: 14 abr 2019.

RICCIO, Vicente. Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1111-1126, out./dez., 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/141102>. Acesso em: 15 abr 2019.

RONDON FILHO, Édson Benedito. A polícia militar sob a lupa da investigação científica. In: NUMMER, Fernanda Valli; FRANÇA, Fábio Gomes de (Orgs.). **Olhares sobre a polícia militar**: questões metodológicas. Belém; GAPTA/UFPA, 2018. p. 15-49.

RUDNICKI, Dani. **A formação social de oficiais da polícia militar**: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2007. 365 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

_____. O ingresso de bacharéis em direito na polícia militar gaúcha. **Sociologias**, ano 10, n. 20, p. 108-137, jul./dez. 2008. Disponível em: [Redalyc.O ingresso de Bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha](http://www.scielo.br/sociologias/article/view/141102). Acesso em 17 ago 2021, às 12:30 horas.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado**: Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da polícia militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

Revista FLAMMAE

Revista Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco
Artigo Publicado no Vol.07 N.20 – Edição Especial 2021 - ISSN 2359-4829

Versão on-line disponível em: <http://www.revistaflammae.com>

SILVA, Agnaldo José da. **Praça Velho**: um estudo sobre o processo de socialização policial militar. 2002. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, 2002.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do “pato”: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói: Editora da UFF, 2011